

SIDÓNIO PAIS NA HISTÓRIA

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA

Visitemos Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, fora da lenda onde hagiógrafos e detractores o situaram, fora da memória vaga, entre o colectivo e particular que a proa meio descritiva, meio ficcionada armou um mausoléu, fora do registo ocasional e fora de outros malabarismos “escriturísticos”. Visitemo-lo, simplesmente, na História, com o que esta afirmação implica de procura incessante e incompleta do Homem no seu tempo e espaço, nas circunstâncias que substancializam e concretizam qualquer exercício biográfico.

Sidónio Pais morreu assassinado aos 46 anos de idade, poucos dias após ter cumprido doze meses no alto cargo de Presidente da República, ponto máximo de uma vida feita de apostas graduais e bem sucedidas. O sucesso galopou célere e glorioso até se despenhar num heroísmo trágico...

O discreto filho e neto de tabeliães liberais, nascido em Caminha, a 1 de Maio de 1872, era o primogénito de seis irmãos, ficou órfão de pai na Sertã aos 11 anos, fez-se soldado com “gosto por fardas” e por exigência de um lar materno sem gran-

des recursos, estudou em Coimbra e aí conheceu algumas das principais figuras da chamada “geração activa”, rumou para Lisboa na fase traumática do *Ultimatum* inglês, partilhou as esperanças e as frustrações do 31 de Janeiro, tornou-se artilheiro na Escola do Exército em 1892, absorveu doses fortes de positivismo e de cientismo politécnico, afastou-se muito discretamente de Deus e da Monarquia, aderiu às “idéias avançadas” veiculadas pelos republicanos e às propostas socializantes de Émile Zola, tirocinou em diversas unidades de Artilharia do país, onde conheceu, entre outros, o major Fernandes Costa ou o médico-militar Manuel Brito Camacho, seu futuro amigo, mentor e patrono político, e deu nas vistas pela sua reserva, timidez, exemplar conduta, boa agilidade física, inteligência e disciplina.

Despachado, em 1893, para Amarante, reencontrou aí discípulos e aí casou com D. Maria dos Prazeres Martins Bessa, sobrinha de um notável local do Partido Progressista, correligionário e amigo íntimo de António Cândido, a quem ficou a dever o regresso a Coimbra para conclusão do

Enquanto Sidónio Pais se repartia por três escolas e se devotava à direcção de uma delas, agitando-se também na sua vida afectiva e sentimental, a Monarquia agonizava inexoravelmente sob o reinado cada vez mais contestado de D. Carlos, a falência do rotativismo, a sucessão de escândalos, o proclamado agravamento da “crise moral”, política e económica do reino... E nesse transe agónico a figura de João Franco e a sua “táctica” de reforma musculada do sistema, na linha dos precedentes apelos de “Vida Nova” e de “cesarismo régio”, desafiaram a crescente propaganda republicana para um duelo definitivo que marcaria o rumo das próximas duas décadas. A curta experiência franquista acabaria por fulminar o regime monárquico e impressionar profundamente os coevos e em especial a geração de moços que despertava no ensino universitário e político. Sidónio Pais associou-se à onda de revolta e de indignação moral que sacudiu a sociedade portuguesa de então: para ele o pecado maior de João Franco e de D. Carlos consistiu em desprezar a vontade do Povo. A ditadura foi, além do mais, inepta e nada hábil face ao súbito e agitado contexto da famosa greve académica de 1907, vivida por Sidónio numa duplicidade incómoda: o seu modo de estar e de ser militar e lento, sujeito ao dever da obediência, impunha-lhe uma prudente reserva pública em termos de acção política, mas a consciência ditava-lhe a necessidade moral do protesto. A ruptura era iminente e de algum modo acicatada pela aprazível leitura dos demolidores

curso nas Faculdades de Matemática e de Filosofia, as facilidades necessárias no meio castrense para se habilitar a todos os actos, rematados pela “colação” no “grau de doutor”, e para concorrer com êxito a um lugar posto a concurso de lente substituto na primeira daquelas duas Faculdades.

Não deixou de se sentir soldado, mas trocou, então, os quartéis pelo “Paço das Escolas”, trocou Marte por Minerva, preferindo a condição de pedagogo à de cientista-investigador. Deu aulas por gosto e por necessidade... Não hesitou, por isso, em concorrer, no ano de 1902, a um lugar de professor na Escola Industrial Brotero e, mais ou menos por essa altura, em leccionar no moderno e prestigiado Colégio S. Pedro. Na Brotero não tardou a sentir-se como “peixe na água” – pôde praticar um ensino não “sebenteiro”, teórico-prático, destinado às classes trabalhadoras, e dar largas à sua vocação política, estimulada pelo encargo, assumido com entusiasmos e rigor, de dotar a Escola de Luz eléctrica. Em 1905 era nomeado Director desse estabelecimento de ensino, cargo que manteve ininterruptamente até 1911, dando um decisivo contributo para a valorização do ensino técnico-profissional e colhendo dessa enriquecedora experiência uma particular sensibilidade para a chamada “questão social”, assim como preciosos contactos com o “universo” técnico-administrativo do Ministério “fontista” das Obras Públicas.

artigos de Brito Camacho em *A Lucta...*

E a ruptura manifestou-se em 1908 quando o inócuo convite da sua Faculdade para recitar, na solene Sala dos Capelos, a *Oração de Sapiência* da habitual abertura do novo ano lectivo lhe proporcionou o ensejo de dizer claramente o que pensava sobre o ensino na velha e tridentina Universidade de Coimbra, onde se misturavam numa aberrante promiscuidade o *serviço de Deus* e o *serviço de Minerva*. Num estilo despojado e geométrico propôs a modernização da Universidade, a expansão de um ensino teórico-prático indispensável à nova era de progresso científico, tecnológico e civilizacional e a valorização do aluno como ser estimulado a pensar e a interrogar-se com o que aprendia. Foi aplaudido e censurado dentro e fora da *Alma Mater*. De surpresa e em tom seguro “disparara” frases certeiras e incómodas contra o *status quo*. Não há, porém, no seu discurso explícitas críticas ao sistema político, mas há, sem dúvida, um programa claro de acção que, nesse mesmo ano de 1908, pôs em prática ao impulsionar em Coimbra a extensão educativa através da Junta Regional da Liga de Educação Nacional com o entusiástico contributo de colegas lentes progressistas e de alunos promissores como Bissaia Barreto e Mira Fernandes. A partir de então não conseguirá reprimir facilmente a apetência para uma intervenção cívica visível e comprometida. Belisário Pimenta — antigo discípulo, rival político-partidário e militar republicano residente em

Coimbra — ouviu-o numa sessão de homenagem ao operário Adelino Veiga e deixou escrito que ele “*se mostrou quasi republicano*”. Foi a 7 de Março de 1909, pouco antes de partir para uma primeira missão trimestral de estudo em Paris, repetida no ano seguinte com um plano de estudos mais leve e com tempo e apetência para acompanhar pela imprensa a política francesa, nomeadamente, as eleições legislativas de Abril.

A 5 de Outubro de 1910 concretizou-se, finalmente, a revolução republicana em Portugal, desencadeada com o decisivo apoio de muitos civis e carbonários recrutados entre os marujos, os sargentos, os caixeiros e os populares dos bairros pobres da capital. Após momentos dramáticos de incerteza e de desânimo a sorte das armas decidiu-se a favor da Esperança verde-ruba na Rotunda por um punhado de resistentes. Ao lado deles esteve Alberto da Silva Pais, irmão de Sidónio, oficial de Infantaria e um dos “heróis do Cuamato”. Seis anos mais tarde — a 13 de Dezembro de 1916 — Alberto Pais voltará a estar junto de Machado Santos num golpe falhado que os levaria à prisão, só de lá saindo um ano depois graças ao golpe vitorioso de Sidónio Pais. Mas este, nas vésperas do 5 de Outubro de 1910, não conspirava. Intuia apenas ser inevitável e essencial o despertar do “*Luminoso dia de redempção da minha Patria*”, que, enfim, chegara...

Em Coimbra o lente “*quasi republicano*” foi pron-

desenfiada luta pelo Poder, a tal ponto que, em Fevereiro de 1911, o Encarregado de Negócios da Legação dos E.U.A. em Lisboa informava Washington da indiscutível existência no seio do Governo Provisório de três partidos rivais, cada um deles constituído em torno de Afonso Costa, de António José de Almeida e de Brito Camacho, os quais se mostravam, aliás, preocupados apenas com "*os seus interesses pessoais e de facção, e não com os do país*". E o mesmo informador acrescentava que eles discordavam em diversas matérias, designadamente, no modo de organizar o próximo acto eleitoral: Costa pretendia um sufrágio restrito, Almeida um sufrágio universal e Camacho não via inconveniente nenhum em que fosse usada a lei em vigor na derradeira fase da Monarquia Constitucional. Em pé de guerra contra estes líderes políticos parecia estar Machado Santos e seus companheiros, que ameaçavam fazer "*nova revolução*" se as eleições não fossem marcadas no mais curto prazo. Cada qual tinha, pois, os seus motivos e as suas conveniências técnicas, mas não há dúvida que a legitimidade e o reconhecimento internacional do regime dependiam de um processo eleitoral capaz de inaugurar um novo ciclo jurídico-constitucional e governativo. À última hora, o Directório do P.R.P. encarou com urgência esse desiderato, impondo a revisão acelerada dos cadernos de recenseamento e os nomes das listas de candidatos contra a vontade de várias comissões locais. Por provável manejo de Brito Camacho pôde Sidónio Pais ser acolhido

tamente recrutado pela República para a servir como Presidente da Câmara Municipal, Vice-Reitor da Universidade, Administrador do Concelho interino e, por sugestão de Brito Camacho, membro do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro Portugueses. Os estudantes monárquicos alcuaharam-no de "acumulador" e até alguns cor-religionários suspiraram pela sua saída de certos cargos para que os próprios ou outros amigos pudessem usufruí-los. Cedeu "sem ruído" às críticas, mantendo-se a leccionar na Faculdade, a dirigir a Brotero e a exercer a função de Administrador da C.F. com crescente visibilidade: durante a greve dos ferroviários, então ocorrida, mostrou-se flexível e sensível às reinvidicações dos trabalhadores. Em Fevereiro iniciou-se na Loja Estrela d'Alva do rito escoces, adoptando o nome simbólico de Thomas Carlyle. Declarou, então, no respectivo testamento de iniciação que o dever do homem para com os seus semelhantes era o de "*Sacrificarse pelo bem d'elles*"; o seu ideal devia ser o "*heorismo no sentido mais largo do termo*", e esse sentido traduzia-se no mais puro "*sacrificio pela collectividade na defeza da justiça, da verdade e do Bem*". Justificou, assim, não só a escolha de um nome simbólico, mas também a motivação ideológica profunda para mais altos voos na nova ordem política. Voos de deputado, ministro, diplomata...